

CONGRESSO

Reforma volta aos holofotes

Modernização do sistema tributário está no topo das prioridades econômicas entregues pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente da Câmara, Hugo Motta. Especialistas ainda veem desafios

» DANANDRA ROCHA

Com o retorno das atividades no Congresso, a regulamentação da reforma tributária volta aos holofotes. Não por acaso, as mudanças no sistema de impostos nacional figuram no topo da lista de prioridades econômicas entregues pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Embora as medidas só comecem a entrar em vigor em 2027, o governo tem muito interesse em avançar com a regulamentação, pois contribuirá para o crescimento econômico a longo prazo.

Aprovada e promulgada no fim de 2024, a reforma tributária promete simplificar o complexo sistema de impostos sobre o consumo do Brasil, mas também levanta dúvidas sobre impactos no bolso dos brasileiros, na busca por eficiência e justiça fiscal. Com mudanças que incluem a substituição de tributos federais, estaduais e municipais por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o consumidor e empresários ainda têm receio sobre qual produto ou serviço pode ficar mais caro.

A reforma unifica tributos federais, estaduais e municipais em IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse novo sistema visa, entre outras finalidades, acabar com a guerra fiscal entre estados e municípios, reduzir a burocracia e tornar a cobrança de impostos mais transparente.

“Aguardada há quase quatro décadas, a reforma tributária aprovada e promulgada pelo Congresso foi uma conquista importantíssima para assegurar um novo ambiente de negócios para os investidores, mas também para os contribuintes brasileiros, especialmente os mais pobres”, afirmou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária.

Segundo ele, entre os principais avanços do novo modelo tributário estão a simplificação, a segurança jurídica e a justiça social. “O novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) substituirá cinco antigos impostos: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Essa simplificação permitirá que o contribuinte saiba exatamente o quanto está pagando de imposto em cada produto que compra ou consome”, explicou o parlamentar.

Cesta básica

Um dos pontos importantes da regulamentação da reforma tributária diz respeito aos produtos e serviços sobre os quais incidirão as alíquotas. Itens da cesta básica, por exemplo, terão isenção total de impostos. Já produtos como veículos, loterias, bebidas alcoólicas e cigarros serão sobretaxados pelo imposto do pecado.

Outra novidade à vista é o cashback — dinheiro que é devolvido à população mais vulnerável, cadastrada no CadÚnico. Os impostos devolvidos serão utilizados para o pagamento de serviços essenciais. “A parcela da população de baixa renda terá o

Diogo Zacarias/MF



Haddad, ao lado de congressistas aliados, quando entregou a lista com as 25 prioridades do governo

imposto de determinados produtos devolvidos, como no caso dos serviços de água, esgoto, energia elétrica, gás, internet e telefonia.

Embora a reforma busque maior justiça fiscal ao simplificar o sistema tributário e eliminar a tributação em cascata, a advogada tributarista Máisa Pio ainda vê questões pendentes. “Ainda há riscos de desigualdade, especialmente para o setor de serviços, que pode enfrentar aumento da carga tributária. Pequenos negócios

também podem ser prejudicados, pois para aqueles que decidirem pela manutenção do Simples Nacional, não poderão se credenciar do IBS e da CBS, o que pode gerar resultados competitivos frente às grandes empresas”, acredita.

“O novo modelo representa um avanço em um sistema mais transparente e eficiente, mas sua regulamentação e melhorias serão cruciais para evitar novos desequilíbrios e garantir que os benefícios sejam distribuídos de

forma justa entre todos os setores da economia”, acrescenta a tributarista.

Para o economista Benito Salomão, professor de macroeconomia do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, a reforma busca corrigir distorções. “Há setores que hoje são beneficiados pelo modelo atual e acabam sendo subtributados, mas não dá para dizer que eles serão penalizados”, analisou. “Na verdade, eles

passarão a operar sob as mesmas regras dos demais setores, promovendo maior equilíbrio no sistema”, observa.

No setor produtivo, há também preocupações. A empresária e fundadora da Escreva, Hulda Rode, relata que o segmento de livros é isento. Mas isso não ocorre com a cadeia produtiva, o que inclui serviços gráficos e direitos autorais. Ela se diz apreensiva com a reforma. “Lutamos diariamente para que o livro não se torne um artigo de luxo. Educação e cultura são setores primordiais para a economia”, argumenta.

Confiante em uma boa relação com os novos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, o governo aposta no avanço de mais medidas benéficas para o contribuinte, como a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. Esse é um dos itens aguardados para os próximos meses.

Em janeiro, quando sancionou parte da regulamentação da reforma tributária, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou os benefícios a longo prazo para a economia. “Vamos garantir que nosso país tenha um sistema tributário mais justo, moderno e transparente, onde quem ganha mais, paga mais, e quem ganha menos, paga menos. Poderemos corrigir distorções, garantir imposto zero para alimentos da cesta básica, cashback de imposto para 73 milhões de brasileiros e de brasileiras, medicamentos sem imposto, entre outras ações.”, afirmou, nas redes sociais.

ROBERTO BRANT



OS MÉTODOS E OS ESTILOS DE TRUMP SURPREENDERAM A PRÓPRIA OPOSIÇÃO INTERNA NOS ESTADOS UNIDOS E, ATÉ AGORA, ESTÃO AVANÇANDO COM POUCA RESISTÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DESTINADAS A CONTER E LIMITAR OS EXCESSOS DOS PODERES CONSTITUCIONAIS

Há alguma lógica nessa loucura

O novo governo americano está empreendendo uma acelerada dissolução da ordem política e econômica internacional sob a qual estivemos vivendo desde o fim da Segunda Guerra e que nos parecia até agora como uma ordem natural. Os métodos e os estilos de Trump surpreenderam a própria oposição interna nos Estados Unidos e, até agora, estão avançando com pouca resistência das instituições destinadas a conter e limitar os excessos dos poderes constitucionais. Há quem veja na ação do presidente americano traços de um comportamento próximo da loucura, recurso de que tem se valido muitos líderes por intermédio da história, sempre que pretendem intimidar ou assustar os rivais, de que foram exemplos o ex-presidente Nixon durante a guerra do Vietnã e o premiê Krushev, quando da crise dos mísseis soviéticos instalados em Cuba.

Mas atrás das palavras e dos gestos impulsivos, às vezes, desmentidos e logo após reafirmados, numa dança de passos desconcertantes, há muitas coisas que derivam de uma lógica bem construída. Enquanto o governo nos confunde com movimentos erráticos, temos o recurso de acessar as ideias de alguns de seus intelectuais associados que trazem clareza ao debate. Dois artigos publicados nestes últimos dias jogam muita luz sobre o que está na mente do

governo. Se colocados em prática, vão promover uma mudança radical na ordem econômica internacional e afetar muito a vida do Brasil, embora aparentemente o governo e o parlamento brasileiro não pareçam incomodados.

O primeiro artigo foi publicado no *New York Times* e é de autoria de Robert Lighthizer, representante do Comércio no primeiro governo Trump e autor de diversos livros sobre o tema. O autor afirma que os Estados Unidos são vítimas das regras do comércio internacional, que resultam em grandes superávits para países, como a China e a Alemanha e grandes déficits para os americanos. Os números parecem lhe dar razão: a China obteve em 2024 um superávit de um trilhão de dólares, enquanto os Estados Unidos incorreram em um déficit de US\$ 918 bilhões. A razão é apenas aparente, pois o que isso significa é simplesmente que os americanos consomem muito mais do que produzem, ao contrário da China e da Alemanha.

A solução que ele sugere, e que parece estar implícita nos movimentos do governo, é a criação de um novo regime de comércio no qual coexistem duas camadas de países. Os países amigos e parceiros dos Estados Unidos (ou será os que se conformam com o princípio da América em primeiro lugar?) formariam um grupo que praticaria em si

tarifas comerciais baixas, com o compromisso de manter no médio prazo o equilíbrio dos respectivos balanços de pagamento. Os demais formariam um segundo grupo, sobre o qual o primeiro grupo aplicaria altas tarifas e outras ferramentas para impedir a formação de superávits sistemáticos. Será o fim do livre-comércio, que para ele não existe de fato, e da globalização como a conhecemos. Em que grupo estaria o Brasil nesta nova ordem?

O outro artigo, na *Foreign Affairs*, vai até mais longe em priorizar a primazia americana. Seus autores são Geoffrey Getz e Emily Kilcrease, ambos com passagem no Departamento de Estado e no Conselho de Segurança Nacional. Eles propõem que a segurança econômica seja o princípio organizador da ordem econômica internacional e que o comércio seja regulado por acordos bilaterais ou regionais que promovam a segurança nacional dos países envolvidos e assegurem a coordenação entre eles para enfrentar seus rivais, especialmente a China.

Esse é um pequeno sumário das ideias em formação no entorno do governo Trump e que estão destinadas a encontrar reação e resistência da maior parte dos países. São ideias disruptivas que não devem ser subestimadas, dado o tamanho e o poder dos Estados Unidos e a natureza da atual liderança do país. Já passou da hora de nos preocuparmos com tudo isso e, principalmente, nos prepararmos para as pressões que se abaterão sobre nós. Será que nesta hora teremos um país unido ou até mesmo nisso continuaremos divididos?

Transforme vidas! Seja um doador mensal da Casa Azul Felipe Augusto

Sua doação mensal ajuda a construir um futuro melhor para centenas de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

A partir de R\$ 10 por mês, você pode transformar vidas e construir esperança!

Aponte a câmera do seu celular e torne-se um doador agora mesmo!

Ou acesse:
casaazul.apoiar.co

(61) 99168-6481 / (61) 3359-2095
WWW.CASAZULFELIPEAUGUSTO.ORG.BR